

RECEBIDO

Em: 09 / 05 / 19



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO  
MESA DIRETORA

Izabelle Souza Pereira Pontes  
Diretora Legislativa

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 03 /2019

**“Modifica dispositivos da Lei Municipal nº. 1.887, de 30 de dezembro de 2011, da Lei Municipal nº. 2.168, de 14 de janeiro de 2016 e da Lei Municipal nº 2.011, de 08 de outubro de 2013.”**

**A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO – ACRE**, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, **FAÇO SABER**, que a Câmara Municipal de Rio Branco aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

**Art. 1º** Ficam reajustados em 5% (cinco por cento) os vencimentos base e os Cargos Comissionados dos servidores ativos e inativos da Câmara Municipal de Rio Branco, com efeitos financeiros retroativos ao dia 1º de maio de 2019.

**Art. 2º** Ficam alterados os Anexos III e V da Lei Municipal nº. 1.887, de 30 de dezembro de 2012 e o Anexo I da Lei Municipal nº. 2.168, de 14 de janeiro de 2016, que passam a vigorar na forma dos anexos desta Lei.

**Art. 3º** O § 2º do art. 1º, da Lei Municipal nº 2.011, de 08 de outubro de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

*“§2º - Cada Gabinete dos Vereadores disporá da quantia correspondente a R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais) para ser atribuída aos cargos de assessor parlamentar.”*

**Art. 4º** As despesas decorrentes da presente lei ocorrerão à conta das dotações próprias do Poder Legislativo Municipal.

**Art. 5º** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 08 de maio de 2019.

Lene Petecão  
Presidente em exercício

Railson Corrêa  
1º Secretário



**CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO  
MESA DIRETORA**

**ANEXOS**

ANEXO III – Lei Municipal nº 1.887, de 30 de dezembro de 2011														
CAMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO														
TABELA SALARIAL DOS SERVIDORES DO QUADRO PERMANENTE														
CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO - ACRE														
TABELA SALARIAL DOS SERVIDORES DO QUADRO PERMANENTE														
TABELA SALARIAL DOS SERVIDORES DO QUADRO PERMANENTE														
LETRA	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	L	M	N	
GRUPO / NÍVEL	ORDEM INICIAL	3 Anos	6 Anos	9 Anos	12 Anos	15 Anos	18 Anos	21 Anos	24 Anos	27 Anos	30 Anos	33 Anos	36 Anos	
GRUPO I	1 e 2	954,73	1.002,47	1.052,59	1.105,22	1.160,48	1.218,50	1.279,73	1.343,40	1.410,57	1.481,10	1.555,16	1.632,91	1.714,56
		1.097,93	1.152,82	1.210,47	1.210,47	1.334,54	1.401,27	1.471,33	1.544,90	1.622,14	1.703,25	1.788,41	1.877,83	1.971,72
GRUPO II	1 a 5	1.578,28	1.657,20	1.740,06	1.740,06	1.918,41	2.014,33	2.115,05	2.220,80	2.331,84	2.448,44	2.570,86	2.699,40	2.834,37
		2.604,17	2.734,37	2.871,09	2.871,09	3.165,38	3.323,65	3.489,83	3.664,32	3.847,54	4.039,92	4.241,91	4.454,01	4.676,71
GRUPO III	1 a 10	2.604,17	2.734,37	2.871,09	2.871,09	3.165,38	3.323,65	3.489,83	3.664,32	3.847,54	4.039,92	4.241,91	4.454,01	4.676,71
GRUPO I - Vigia, Servente, Auxiliar Legislativo														
GRUPO II - Recepcionista, Motorista, Agente Legislativo, Programador de Computador, Taquígrafo e Policia Legislativa														
GRUPO III - Analista Legislativo, Contador, Analista de Sistemas e Advogado														





**CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO  
MESA DIRETORA**

<b>ANEXO V - Lei Municipal nº 1.887, de 30 de dezembro de 2012.</b>			
<b>QUADRO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO</b>			
<b>CARGO COMISSIONADO</b>	<b>SÍMBOLO</b>	<b>VALOR DA REMUNERAÇÃO (R\$)</b>	<b>QUANTITATIVO</b>
Diretoria Executiva	CC - 6	12.268,43	1
Diretoria Financeira	CC - 6	12.268,43	1
Diretoria Legislativa	CC - 6	12.268,43	1
Chefia de Gabinete da Presidência	CC - 5	8.876,70	1
Assessoria Contábil	CC - 4	7.512,81	1
Controladoria Geral	CC - 4	7.512,81	1
Coordenadoria de Tecnologia da Informação	CC - 4	7.512,81	1
Assessoria de Imprensa	CC - 3	6.310,77	1
Chefia de Gabinete da 1ª Secretaria	CC - 3	6.310,77	1
Chefia de Gabinete da Vice-Presidência	CC - 2	4.958,45	1
Assessor Legislativo	CC - 1	4.168,27	3
Assessor de Divulgação	CC - 1	4.168,27	1

<b>ANEXO I - Lei Municipal nº 2.168, de 14 de janeiro de 2016.</b>	
<b>CARGO DE PROCURADOR</b>	
<b>NIVEL</b>	<b>VENCIMENTO</b>
PMC - I	13.682,13
PMC - II	14.366,26
PMC - III	15.084,58
PMC - IV	15.838,80
PMC - V	16.630,75
PMC - VI	17.462,24

## JUSTIFICATIVA

### **Senhoras e Senhores Vereadores.**

Dando cumprimento à disposição contida no plano de cargos, carreira e salários dos servidores deste sodalício e, ainda, visando a propiciar a estes o direito ao recebimento de benefícios já sedimentados para outras categorias de servidores públicos, apresentamos à honrosa apreciação de Vossas Excelências o Projeto de Lei em questão.

Trata-se de reajuste salarial aos servidores do quadro permanente na ordem de 5% (cinco por cento). Outrossim, refere-se também ao aumento da verba de gabinete dos senhores vereadores, a qual deve ser utilizada para provimento das vagas de assessores parlamentares.

Inicialmente vale averbar que o percentual supracitado encontra-se em valor um pouco superior ao da inflação do ano de 2018, que foi de 3,75%, segundo dados do IBGE.

Todavia, realizamos considerável esforço para, dentro de nossas possibilidades, sopesar as perdas salariais com o intuito de preservar o poder aquisitivo dos nossos servidores.

Ressalte-se que apesar das dificuldades econômicas pelas quais passa o país, os servidores da Câmara Municipal estão sendo contemplados com algum reajuste/reposição salarial, a despeito de alguns outros entes, que, sequer, têm conseguido manter em dia o pagamento dos vencimentos de seus servidores.

O reajuste salarial, além de minimizar os efeitos da crise econômica que assola o Brasil, traduz-se em uma medida de reconhecimento e incentivo aos servidores do legislativo municipal que com o desempenho de suas funções possibilitam que esta Casa Legislativa cumpra o seu dever institucional perante os cidadãos do Município de Rio Branco.

Ademais, salientamos que esse reajuste salarial possui viabilidade orçamentária, porquanto de acordo com o Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, além, é claro, dos ditames da Constituição Federal e da Lei de Responsabilidade Fiscal.



**CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO  
MESA DIRETORA**

Na oportunidade, por prescrição legal, apresentamos, ainda, a Estimativa do Impacto Orçamentário-Financeiro que o reajuste causará às Finanças deste Poder, documento no qual se pode observar que as despesas com pessoal, no quadro da Câmara Municipal, permanecerão dentro dos limites estabelecidos no art. 169 da Constituição Federal e nos arts. 16, 17, 18 e 19 da Lei de Responsabilidade Fiscal, não acarretando qualquer prejuízo às contas públicas, nem comprometendo a concretização das metas deste Órgão.

Ressaltamos que esta Mesa tem por um de seus objetivos a valorização dos servidores desta Casa Legislativa, sem os quais a realização dos trabalhos aqui desempenhados para o bem da sociedade Rio Branquense não seria possível.

Com essas considerações, nobres pares, esperamos obter o apoio de todos para a aprovação imediata desta proposição.

**Lene Petecão**  
**Presidente em exercício**

**Railson Correia**  
**1º Secretário**